



DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 02 | N°. 3 | Ano 2021

Roger Machado Marques

MULHERES NA ANGOLA COLONIAL: BREVE ANÁLISE SOBRE A FIGURA DAS “DONAS” E SEU VALOR SIMBÓLICO

**Women in the colonial Angola: brief analysis about the figure of
“Donas” and its symbolic value**

RESUMO: Este artigo discute sobre a maneira como o elemento africano é comumente apresentado numa historiografia homogeneizante, que salienta aspectos constituintes de um suposto Atlântico Sul como espaço cultural comum. Também será discutido uma personagem feminina comumente citada na história da Angola colonial, intitulada por “Dona”. Este termo poderia significar tanto uma mulher com grande influência política e econômica, como também aquelas que apenas utilizassem o nome como instrumento de diferenciação social ou até mesmo para se “embranquecer”. Nesta análise é discutido os espaços de Luanda e Benguela a partir de finais do século XVIII e ao longo do XIX, período no qual apresenta-se o papel das Donas no cenário político-social onde viviam. O artigo apresenta as “Donas” como sagazes e engenhosas, que se utilizavam dos símbolos a seu favor para dinamizar suas atividades econômicas. Para este artigo, resultante de pesquisa qualitativa, foi utilizada análise bibliográfica de referências específicas sobre a temática abordada.

PALAVRAS-CHAVE: Angola; Atlântico Sul; Dona; Mulheres.

ABSTRACT: This paper discusses the way the African element is commonly presented in a homogenizing historiography, which highlights constituent aspects of a supposed South Atlantic as a common cultural space. Also discussed will be a female character commonly cited in the history of colonial Angola, entitled "Dona". This term could mean a woman with great political and economic influence, as well as those who only used the name as a tool for social differentiation or even to "whiten" themselves. This analysis discusses the spaces of Luanda and Benguela from the late eighteenth century and throughout the nineteenth century, a period in which the role of the "Donas" in the political and social scene where they lived is presented. The article presents the "Donas" as shrewd and ingenious, who used the symbols in their favor to boost their economic activities. For this article, resulting from qualitative research, a bibliographical analysis of specific references on the theme was used.

KEY WORDS: Angola; South Atlantic; Dona; Women.

Site/Contato

Editores

Cynthia Nolácio de Almeida Maia
cinthianolacio@yahoo.com.br

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

MULHERES NA ANGOLA COLONIAL: BREVE ANÁLISE SOBRE A FIGURA DAS “DONAS” E SEU VALOR SIMBÓLICO

ROGER MACHADO MARQUES ¹

INTRODUÇÃO

Pensar o Atlântico Sul como um espaço cultural comum é um tanto quanto problemático. Há vasta literatura que aponta características pelas quais se pode salientar similaridades entre as regiões de Luanda, Benguela, Bahia e Rio de Janeiro, como exemplo pode se citar a obra de Alberto da Costa e Silva (2003)², “*Um rio chamado Atlântico*”, e “*O Trato dos Viventes*”, de Luiz Felipe de Alencastro (2000). No entanto, deve-se tomar cuidado com generalizações que porventura possam desvalorizar as particularidades regionais. Documentações como cartões postais, legendas em fotografias, assim como as próprias fotografias com relatos de viajantes explicitam a visão europeia direcionada aos povos africanos, em especial as mulheres comerciantes – salientando-se que o comércio urbano era de fato de predominância feminina. Estes testemunhos influenciaram na construção de um imaginário sobre a África, dado que os documentos históricos registram um momento no tempo no qual se corre o risco, caso não haja devida problematização, de posicionar aspectos específicos das culturas como elementos que cristalizam a imagem de um grupo de forma simplista e generalizadora. As documentações nunca são livres da influência de quem as produz, os agentes históricos selecionam o que registrar de acordo com filtros, no caso do período estudado, seriam o exótico, o pitoresco, o primitivo, tudo o que contribuiu para a construção de um imaginário entre os europeus. Os relatos dos viajantes – ambíguos entre a admiração e a rejeição –, de várias localidades da Europa, por vezes salientavam aspectos negativos de acordo com suas perspectivas perante as mulheres africanas. Por vezes chamavam a atenção para as habilidades das africanas no que se refere a confecção de produtos, vendas e empreendedorismo, outras vezes os relatos salientam

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; bolsista CAPES; e-mail para contato: roger.m@edu.pucrs.br. A elaboração deste artigo teve como base as aulas, debates e leituras apresentadas durante a disciplina de Tópicos especiais IV, ministrada pelo professor José Carlos Curto no segundo semestre de 2020 dentro do programa de pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PPGH da PUCRS

² Estas duas obras de grande relevância e valor acadêmico, apresentam denso estudo relativo ao Atlântico Sul como espaço de práticas e costumes culturais comuns, como se houvesse uma homogeneidade que “amarrasse” as costas africana e brasileira numa espécie de cultura híbrida compartilhada. No entanto, estudos recentes apontam que tais generalizações não possuem fundamento perante as fontes de pesquisa disponíveis, bem como novas abordagens teórico metodológicas direcionadas ao continente africano e Brasil mostram que as particularidades históricas das duas regiões são muito mais complexas. Ver: ALENCASTRO, 2000; SILVA, 2003.

uma visão de superioridade que os europeus tinham perante os “exóticos” e “primitivos” africanos.³

Neste artigo direciono o olhar para Angola, particularmente Luanda e Benguela ao longo do século XIX, onde discutirei o papel das ditas “Donas”, mulheres com grande influência política e econômica até o início do século XX. Estas Donas podiam possuir expressivas heranças tanto pelo lado do pai quanto pelo lado do falecido marido, ou mesmo pelos dois. As Donas eram sagazes e engenhosas, utilizavam dos símbolos a seu favor para dinamizar suas atividades econômicas; eram agentes de suas próprias ações e personagens importantíssimas no universo cultural da Angola colonial – neste ponto vale frisar que pode se relativizar a designação “colonial” para o período em questão, visto que a intervenção política portuguesa somente começara de forma incisiva a partir do último quartel do XIX.⁴

Os textos selecionados apresentam uma documentação relacionada ao contingente populacional de Luanda e Benguela através de dados quantitativos, base documental de fundamental importância para analisar as estruturas pelas quais se deu a gênese daquelas sociedades. Saber da existência desse tipo de documentação abre um leque de possibilidades no que se refere a movimentação de pessoas no espaço do atlântico-sul e como se articulavam de acordo com os fatos históricos de maior relevância no período. Ao direcionar nossos olhares para as políticas administrativas de um dos mais importantes portos da costa oeste africana no período do tráfico de seres humanos escravizados, os textos contribuem para a escrita de uma história da África problematizadora e desconstrói algumas noções errôneas provenientes de historiografia tradicional acerca do tráfico atlântico.

Dados estatísticos: como o tecido social de Luanda e Benguela são representados nas fontes quantitativas

A produção de dados estatísticos sobre as populações das regiões de Benguela e Luanda começou na segunda metade do século XVI, na época um trabalho realizado majoritariamente por eclesiásticos. Os censos tinham como objetivo estudar o crescimento da nova cidade portuária conforme o comércio se desenvolvia, bem como, e semelhante as regiões sob influência inglesa e francesa, Portugal sob o governo de Marquês de Pombal tinha interesses fiscais e militares naquelas regiões. Todavia, num primeiro momento da produção estatística os dados se referiam somente à população cristã e europeia. A contagem referente as demais

³ No caso das mulheres se torna obrigatório salientar a maneira como eram sexualizadas segundo o ponto de vista dos europeus, um estigma muito discutido em bibliografia pertinente ao assunto. Vide AMADIUME, 1997; DIOP, 2015; OYEWUMÍ, 1997.

⁴ Sobre o imperialismo português vide PÉCLARD, 2012; OLIVEIRA, 2015; CAMBANDA, 2015; CAPOCO, 2013.

populações somente começara em meados do século XVIII, lembrando que nesse momento – último quarto do mesmo século –, França e Inglaterra faziam investidas comerciais e militares na região de Luanda, onde a exportação de escravaria decaía em virtude da onda protestante inglesa que se iniciava como movimento antiescravista e que mais tarde viria a proibir o tráfico no Atlântico.

Em vista destas intempéries, Pombal institucionalizou a prática dos censos em Angola a fim de obter controle sobre os impostos e população nos territórios sob influência lusa. Contudo, a partir do governo de Rodrigo de Sousa Coutinho – 1796 – é que a prática passara a ser realizada com frequência anual. Segundo os autores José Curto e Reymond Gervais, “Na mente dos administradores do governo central, os habitantes de Luanda haviam-se tornado bens quantitáveis de forma a serem melhor controlados para propósitos militares e fiscais” (CURTO; GERVAIS, 2002, p. 84).

Muito mais do que informar dados numéricos precisos, os documentos abordados nos textos explicitam diversas lacunas e auxiliam a compreender como a sociedade residente nos portos da Angola colonial funcionava, como os responsáveis administrativos viam a população e compreendiam o espaço social, e como aquele contingente populacional respondia aos desdobramentos históricos do período. A partir das contagens é possível ter um vislumbre de como era aquele tecido social, uma personagem que aparece com frequência na documentação é a figura denominada como “Dona”. “Luanda era uma sociedade fluida onde o dinheiro, e não a biologia, determinava o grupo de cor em que se era colocado. Conseqüentemente, em vez de conseguir dados sobre grupos raciais biologicamente distintos, o que o governo central de Lisboa realmente obteve foi informação quantitativa sobre classes socio-econômicas” (CURTO; GERVAIS, 2002, p. 94).

O trecho supracitado nos mostra como as sociedades se organizavam de acordo com os parâmetros sociais vigentes. Diferente da noção equivocada de que os escravizados negros seriam totalmente aculturados pelos brancos de forma passiva ou, que a população negra sempre fora apenas uma grande massa de manobra, os textos explicitam exemplos dos quais se pode desconstruir a imagem de um escravizado submisso e indefeso que necessitava de tutela ou instrumentos rígidos de controle e dominação. É possível observar com base nas fontes que os indivíduos, dos quais as Donas servem como exemplo, utilizavam mecanismos sociais a seu favor como também dominavam os caminhos por onde se poderia ascender socialmente e economicamente. Na linha do que outrora autores como Jean-Loup Amselle e Elikia M’Bokolo (2017) apontaram por meio de seus estudos sobre identidade étnica, as sociedades africanas são muito mais fluídas do que os antigos paradigmas historiográficos costumavam nos dizer, pois não existem fronteiras fechadas nos espaços sociais, as divisões são decorrentes de

movimentações e mudanças estruturais que ao longo do tempo vão se alterando. Tentar homogeneizar dinâmicas sociais é negar a historicidade da condição humana.

Virada entre gêneros: o papel central das mulheres no período de transição

A despeito das novas adversidades emergentes em meados do XIX, houve pelo menos nove censos em Luanda no decorrer da segunda metade do século. Entre os anos de 1844 e 1850, a população de Luanda vivia um momento de transformação radical na economia quanto a proibição do tráfico de escravizados e a remodelação do porto para os parâmetros de um comércio livre e urbano. Fora neste momento que as bases da Luanda moderna começaram a ser edificadas marcando o início da formação do grande aglomerado urbano. O período fora um ponto de virada, de uma economia escravagista para a exportação de matéria prima. A nova configuração social era composta majoritariamente por negros e mulatos assalariados, embora esta preferência não tenha acabado de fato com a instituição da escravidão. O período também marca uma virada entre os gêneros⁵, dado que as mulheres passaram a ser maioria a partir da metade do XIX, muito em decorrência do período anterior quando grandes contingentes de homens eram direcionados para as américas como escravizados. Ainda hoje existem resquícios de uma tradição que fora baseada em práticas oriundas da realidade escravista, quando o número reduzido de homens obrigara as mulheres a ocupar outras funções nas dinâmicas sociais.⁶

Doravante o novo contexto pós proibição do tráfico de escravizados, Luanda viu sua população feminina crescer significativamente. Nesta nova ordem social, a figura da mulher luso-africana estava no centro de todas as relações, pois elas eram a chave para o poder político. Os censos nos mostram um dado curioso e de grande relevância para entender o funcionamento do poder em Luanda, onde as mulheres eram na sua grande maioria registradas como brancas, o que seria no mínimo estranho numa sociedade predominantemente negra e mestiça. A prática salienta um “embranquecimento” institucional, a fim de posicionar aquelas mulheres em altos patamares sociais e de significância política. Estas “Donas” de Luanda, muitas vezes viúvas de homens brancos que vinham para Angola investir seu capital na nova economia emergente, mostraram-se grandes empresárias e figuras de grande influência na capital. Obviamente também

⁵ Referente às relações de gênero no contexto comercial do Atlântico no período em questão, um ator de grande referência no assunto é Philip J. Havik, acadêmico que trabalha com a região da Senegâmbia e golfo da Guiné. Apesar de seu trabalho observar outra região africana de importância no tráfico atlântico, não se pode deixar de citá-lo num texto que aborde questões de gênero e tráfico de escravizados. Mais sobre o autor e sua obra vide: HAVIK, 2016.

⁶ Uma continuidade cultural na atualidade pode ser notada pelo fato de as mulheres ainda serem o grupo responsável pela agricultura em comunidades do interior, bem como o imaginário popular posicionar as mulheres neste tipo de ocupação, o que gera um certo engessamento social em virtude de uma herança histórica da época escravagista.

possuíam escravizados, mas o que vale salientar era sua habilidade em fazer dinheiro com base na diversificação das atividades econômicas.

Há considerável historiografia relativa as “Donas” na Angola colonial, no entanto, novos estudos têm mostrado que esse fenômeno é mais antigo do que se pressupunha. A partir da bibliografia analisada tomamos conhecimento da existência de uma elite feminina não só em Luanda, mas também em Benguela, o segundo aglomerado urbano e portuário de importância da Angola colonial e centro de grande movimentação no mercado de escravizados. A informação está disponível em documentação referente aos censos realizados desde 1797 os quais mostram um grupo socioeconômico com expressiva influência nos espaços urbanos. Curiosa era a faixa etária dessas mulheres categorizadas como Donas, visto que podiam variar desde crianças muito pequenas até mulheres idosas; eram solteiras, casadas, viúvas, dependentes, órfãs ou até celibatárias. Por vezes viviam em casas luxuosas, outras em casas simples; podiam ser grandes fazendeiras ou empresárias no comércio de escravizados, até mesmo existiam aquelas que não possuíam nada.

Fato recorrente na documentação é que as Donas sempre eram descritas pelos recenseadores como "mais claras" do que o resto da população feminina, o que aponta para uma prática bem conhecida entre as elites ligadas às atividades econômicas do espaço atlântico quando usavam uma suposta “branquitude” como símbolo de status e mecanismo de ascensão social. O papel de destaque desempenhado por estas mulheres, pode ser explicado pela defasagem da população masculina em função do tráfico de escravos. Encontrar um parceiro adequado era difícil, por outro lado, havia quem optasse pelo casamento para ganhar status se unindo a brancos, mas como o contingente de brancos era escasso muitas Donas se casavam com homens do mesmo fenótipo; casavam-se com homens de ocupações diferentes, já que para eles o casamento era um caminho de ascensão econômica e social. Os homens com poder material e influência política que vieram para Angola morriam cedo devido a doenças locais, muitos destes indivíduos eram casados com mulheres muito jovens, o que explica como tantas Donas eram “jovens viúvas”.

Ao longo do século XVIII o porto de Luanda fora um dos principais centros do tráfico, o mercado de escravizados foi a maior atividade econômica da época, o que resultou na baixa produtividade dos gêneros alimentícios. Diante disso, os centros urbanos dependiam da importação de alimentos vindos de Portugal e do Brasil; a produção de alimentos ficava a cargo de quem não participava da atividade escravista. A escassez era um problema até mesmo para a escravidão, pois era necessário abastecer os navios do tráfico para alimentar a escravaria. No entanto, o cenário mudou ao longo da segunda metade do século XIX, quando após a proibição do tráfico, a atividade antes centrada no escravismo teve que ser remodelada. Entre os novos

avanços econômicos estava a produção agrícola para exportação. No processo de urbanização ocorrido no período as populações se articularam de acordo com as mudanças socioeconômicas emergentes, neste momento as mulheres tornaram-se personagem fundamental na atividade agrícola e na distribuição de alimentos.

Os chamados “arimos”, áreas próximas aos rios Kuanza, Bengo, Dande e arredores tornaram-se verdadeiros “celeiros” das cidades, onde formas tradicionais de agricultura eram utilizadas na produção com a ajuda de grandes capitais. Esses terrenos foram doados a militares e investidores europeus que, por sua vez, se casavam com mulheres da região. Essa dinâmica explica o surgimento das Donas de arimos como produtoras e proprietárias de grandes propriedades; essas mulheres eram herdeiras de grandes fortunas, edificadas a partir do tráfico de escravizados vinculado às atividades em torno dos centros urbanos. As “quitandeiras” eram responsáveis pela comercialização dos alimentos produzidos nos arimos. As Donas dominavam a distribuição de recursos para a vida nas cidades; alimentos, água, materiais de construção, praticamente tudo o que a população urbana exigia: “[...], o negócio de alimentos, juntando mulheres pobres e ricas, negras e brancas, viabilizava o espaço urbano luandense” (PANTOJA, 2001).

Os textos apresentam formas com que a comunidade de mulheres se articulava à volta dos grandes centros urbanos entre o período do último quartel do século XVIII e primeira metade do XIX. De acordo com a bibliografia analisada até então, há limitações na historiografia tradicional quanto aos estudos sobre gênero, bem como focam o olhar apenas na sociedade colonial angolana no período correspondente ao final do XIX e início do XX. Candido (2012) utiliza o conceito de capital simbólico de Pierre Bourdieu para observar as relações de gênero ligadas ao poder ao longo do período do tráfico escravista, através do olhar de uma mulher contemporânea ao momento de grande efervescência econômica na região portuária. O estudo da autora nos apresenta Aguida Gonçalves da Silva, que viveu em Benguela do final do XVIII à meados do XIX; sua vida explicita alguns fragmentos de como teria sido algumas dinâmicas sociais relacionadas às mulheres atuantes naquele universo. Seu caso também ilustra como os mecanismos de ascensão social podiam se configurar de acordo com as mudanças vividas no período.

Aguida Gonçalves da Silva fora outro exemplo de “Dona”, categoria com grande poder simbólico que referenciava mulheres influentes na sociedade colonial. Para mais, seu caso nos mostra a habilidade com a qual atores sociais – neste caso específico as mulheres – mobilizam valores materiais e culturais dentro de um espaço físico e social, no caso particular de Aguida Gonçalves a habilidade de se conectar com personalidades importantes e aturar como intermediária cultural. O estudo de caso sobre esta mulher enriquece a historiografia africanista,

de modo a contribuir para um imaginário complexificado e dinâmico sobre a sociedade colonial. Ao contrário do que outrora se pressupunha, as mulheres envolvidas nas dinâmicas ligadas ao uso da sexualidade através de casamentos, dotes, compra de virgindade e outras relações não eram ao todo submissas e/ou indefesas.

Em seu estudo sobre o fenômeno do concubinato e escravidão em Benguela, Maria P. Candido (2012) nos mostra como as mulheres utilizavam do sexo e da sensualidade feminina para alcançar determinados fins; elas se aproveitavam da ingenuidade dos homens estrangeiros, vistos como “indefesos” e fracos em razão da atração que sentiam por aquelas mulheres. Em outras palavras, as mulheres manipulavam os homens a favor de seus próprios interesses. O concubinato envolvia mulheres livres e escravizadas, ambas sabendo utilizar com destreza a sexualidade. Dentro desta dinâmica muitos homens estrangeiros podiam se relacionar com várias mulheres, inclusive as mantendo embaixo de um mesmo teto. Isto nos mostra como a poligamia funcionava e o porquê das mulheres não se importarem com tal funcionamento, visto que era de amplo conhecimento entre elas a prática de se associar conjugalmente com homens influentes para conquistar posições sociais elevadas.

Concubinato, instituição matrimonial e “prática abominável”: a sexualidade instrumentalizada nas relações de poder

Com base na leitura dos textos de Candido reflito perante o tema “sexo” discutido até então na historiografia, pois a partir da análise sobre as mulheres de Benguela vejo como a literatura sempre colocara a figura da mulher como explorada ou vítima nas relações sexuais, ou seja, passiva e objetificada pela dominação masculina. Irrefutavelmente, é impossível negar casos de estupro e abuso sexual na história das relações de gênero, portanto não estou afirmando que este tipo de violência não ocorria. Entretanto, estes não são os únicos parâmetros de análise para observar as maneiras pelas quais as relações ocorriam em torno das dinâmicas sexuais, dado que as mulheres encontravam formas para expressar sua sexualidade, assim como sabiam utilizar o sexo como instrumento a favor de seus interesses; as mulheres eram personagens ativas em suas próprias vidas, não figuras inertes como a visão misógina da história nos influencia a compreender.

Acerca dos textos de José Curto, podemos ter um vislumbre das mulheres em Angola e como elas se adaptavam segundo as variabilidades da época. A privatização dos espaços de cultivo agrícola dos chamados “arimos” – pequenos lotes de terra nas beiras dos rios – fora um dos fatores determinantes no processo de ascensão feminina, mesmo havendo dominação masculina e de estrangeiros naqueles espaços. O autor salienta o papel das mulheres naquele

momento de transformações e as razões pelas quais muitas acabaram como proprietárias. No entanto, e não menos importante, o estudo de Curto nos mostra como a categoria “Dona” era articulada socialmente na região, dado que havia mulheres sem grandes posses ou até mesmo escravizadas sob a mesma alcunha de Dona. Isto reforça a ideia da qual as relações sociais eram muito mais maleáveis e dinâmicas do que a velha historiografia africanista nos conta. À linha disto, os textos de Curto também enfatizam a engenhosidade feminina para ascender socialmente sem necessitar da sexualidade para tal, ainda que o casamento tenha sido um instrumento disponível não era o único caminho possível – inclusive a documentação mostra que a instituição matrimonial católica não era regra, pelo menos entre fins do XVIII e início do XIX. Outro fator que vale tomar nota fora o uso de mão de obra feminina nas lavouras, salientando que apesar do protagonismo feminino nas dinâmicas de poder, a figura da mulher tradicional trabalhadora do campo não se alterou.

Sobre o que fora chamado de “a prática abominável”, por muito tempo pouco se estudou a respeito da prática do casamento infantil, tanto agora quanto na historiografia anterior ao período colonial. O período analisado neste artigo – fins do XVIII e transcorrer do XIX – fora um momento de grande movimentação nas regiões de Luanda e Benguela em virtude do tráfico escravista, fator intimamente ligado a prática supracitada. O estudo nos apresenta a relação entre as consequências sociais do tráfico de escravizados com a prática do casamento infantil, tendo em vista que o contingente masculino estava defasado e o principal constituinte do tecido social era feminino, ou seja, arranjar um bom casamento para jovens mulheres e até mesmo meninas era um meio de garantir um futuro seguro ou meios para subir de status quo dentro dos preâmbulos daquela sociedade. Muitas mulheres conseguiram o título de “Dona” através da “prática abominável”, o que explica o número elevado de Donas na idade de crianças – vale lembrar que a ideia de infância estava muito longe de ser compreendida naquele momento histórico – registradas nas fontes censitárias. O “casamento comercial” fora uma prática largamente difundida tanto nas regiões urbanas quanto interioranas, o que consistia em unir jovens mulheres – maioria luso-africanas – oriundas de famílias escravizadas ou órfãs a homens brancos e influentes nas relações políticas e comerciais.

Donas viúvas e/ou órfãs eram uma peça fundamental na ascensão social. Penso que as meninas eram utilizadas por suas famílias no “negócio casamenteiro” no intuito de conquistar status, recursos econômicos e políticos que favoreceriam toda a rede familiar, a qual por sua vez poderia ligar o interior com as regiões portuárias. Apesar de que naquele momento fosse legalmente proibido o casamento com meninas abaixo de 13 anos, as fontes mostram que muitas vezes as uniões eram arranjadas com meninas de até 7 anos, no intuito de garantir os benefícios da instituição matrimonial com bastante antecedência. A questão que levanto para o debate é que

havia caminhos dentro do aparato jurídico onde os atores sociais podiam encontrar maneiras de ascender suas condições econômico-sociais. Um desses caminhos era a legislação matrimonial através da qual se poderia ter acesso a heranças e titulações. A obra de José Eduardo Agualusa, “Nação Crioula” (2001), trabalha com muito esmero o contexto histórico da cidade de Luanda no último quartel do século XIX. O imaginário das Donas é representado na personagem Ana Olímpia, mulher jovem, viúva e herdeira de todo um capital que pertencera ao seu falecido marido. Na obra de Agualusa, Dona Ana Olímpia, além de ser figura influente dentro da elite de Luanda, também possuía relevante erudição, uma vez que era proprietária de uma grande biblioteca. Este é outro fato muito bem trabalhado na obra, pois se sabe que não era incomum algumas Donas conhecerem vasta literatura europeia. Outro fato histórico presente em *Nação Crioula* é a representação das Donas como verdadeiras empresárias ligadas ao comércio atlântico de escravizados.

O texto de Carlos Alberto Lopes Cardoso, escrito em 1973, nos mostra a maneira como a figura da Dona era representada no contexto pós-colonial a fim de contribuir para um novo imaginário nacional, a partir da trajetória da Dona Ana Joaquina dos Santos Silva, empresária influente que viveu em Luanda no século XIX; proprietária de imenso capital, dominava diversas atividades econômicas ligadas ao atlântico, incluindo o tráfico de escravizados. Também possuía arimos no interior, subentendendo que Dona Ana Joaquina possuía uma rede comercial na qual o interior com a capital se ligavam. O autor enfatiza o papel dessa mulher na formação da cidade de Luanda, posicionando-a como um personagem aos moldes de heroína nacional. Entretanto, apesar do levantamento de fatos deveras significativos para se entender o papel de Dona Ana Joaquina na formação de Luanda, a leitura de Cardoso não deixa de ser pobre no que toca a complexidade das relações histórico-sociais. Estudos recentes dos quais a maioria fora utilizada como fonte para elaboração deste trabalho, mostram que o espaço de atuação das Donas era muito mais complexo do que o senso comum transportou para memória popular angolana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, ao analisar os textos chego à conclusão de que a categoria "Dona" era interpretada como um tipo de distinção social aos moldes de uma nobiliarquia. Contudo, o que era preciso para ser uma Dona? Ao contrário do que a historiografia tradicional generalizou, o que se percebe é que a alcunha de “Dona” fazia parte de um imaginário social muito mais complexo do que a simples designação de mulheres ricas e influentes nas sociedades coloniais. Na minha opinião, o termo servia para ascender a imagem individual, independentemente do contexto social em que trabalhava, no entanto, a partir dos textos percebo que este “universo das

Donas” da Angola colonial é algo que deve passar por cuidadoso escrutínio; o caso das Donas pode servir de valioso estudo na compreensão das maneiras pelas quais elementos de uma cultura se manifestam dentro de uma sociedade, uma vez que aquelas mulheres expressavam a engenhosidade que a condição humana possui em se adaptar às variabilidades históricas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUALUSA, José Eduardo. **Nação Crioula**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2001.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AMADIUME, Ifi. **Reinventing Africa: matriachy, religion and culture**. London: Zed Book, 1997.

AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (org.). **No Centro da Etnia: Etnias, tribalismo e Estado na África**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

CANDIDO, Mariana P. Aguida Gonçalves da Silva, une dona à Benguela à la fin du XVIIIe siècle, Brésil(s). **Sciences humaines et sociales**. V. 1, p. 33-54, 2012.

CANDIDO, Mariana P. Marriage, Concubinage, and Slavery in Benguela, C. 1750-1850. In HUNT, Nadine; OJO, Olatunji. eds. **Slavery and Africa and the Caribbean: A History of Enslavement and Identity since the 18th Century**. London/New York: I.B. Tauris, 2012, p. 66-84.

CAMBANDA, Francisco Domingos. **A Questão Étnica como Fator de Estabilidade do Processo Político e do Desenvolvimento Socioeconômico em Angola**. Tese (Doutorado em Sociologia Econômica e das Organizações) - Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

CAPOCO, Zeferino Dulo. **O Nacionalismo e o Estado: Um Estudo Sobre a História Política de Angola (1961-1991)**. Tese (Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais) - Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2013.

CURTO, José C.; GERVAIS, Raymond R. A História da População de Luanda no Período Final do Tráfico Atlântico de Escravos, 1781-1844. **Topoi**. V. 3, p. 85-138, 2002.

CURTO, José C. Marriage in Benguela, 1797-1830: A Serialized Analysis. In: CURTO, José C. and BURI, Maryann (ed.). **New Perspectives on Angola: From Slaving Colony to Nation State**. Peterborough: Éditions Baywolf Press, 2020.

CURTO, José C. “That Abominable Practice”: Child Marriage in Two Slaving Ports (Luanda and Benguela), c. 1797-1846. **International Journal of African Historical Studies**. V. 54, p. 129-147, 2021.

CURTO, José C. The Anatomy of a Demographic Explosion: Luanda, 1844-1850. **International Journal of African Historical Studies**. V. 32, p. 381-405, 1999.

CURTO, José C. The Donas of Benguela, 1797: A Preliminary Analysis of a Colonial Female Elite. In: BERGAMO, Edvaldo; PANTOJA, Selma; SILVA, Ana Claudia Silva. **Angola e as Angolanas: Memória, Sociedade e Cultura**. São Paulo: Intermeios, 2016, p. 99-120.

CURTO, José C. The Story of Nbena, 1817-1820: Unlawful Enslavement and the Concept of 'Original Freedom' in Angola. In LOVEJOY, Paul E; TROTMAN, David V. (ed.). **Trans-Atlantic Dimensions of Ethnicity in the African Diaspora**. London: Continuum, 2003, p. 43-64.

CURTO, José C. Whitening the “White” Population: an Analysis of the 1850 Censuses of Luanda. In: PANTOJA, Selma; THOMPSON, Estevam C. (org). **Em torno de Angola: narrativas, identidades e as conexões atlânticas**. 1a. ed. São Paulo: Intermeios, 2014, p. 225-247.

CURTO, José C. Women Along the Catumbela River, 1797: Land Ownership, Agricultural Production, Labour, and Trade. **Canadian Journal of African Studies**. V. 54, p. 373-393, 2020.

DIOP, Cheikh Anta. **Unidade Cultural da África Negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica**. Lisboa: Editora Pedagogo, 2015.

HAVIK, Philip J. A dinâmica das relações de gênero e parentesco num contexto comercial: parcerias afro-atlânticas na zona da Guiné Bissau (séculos XVII-XIX). In: REIS, João José; SILVA, Carlos da. (Orgs). **Atlântico de dor: faces do tráfico de escravos**. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, p. 403-444.

MUDIMBE, Valentin Yves. **A Invenção da África: Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento**. Luanda: Edições Mulemba & Edições Pedagogo, 2013.

OLIVEIRA, Vanessa dos Santos. Donas, pretas livres e escravas em Luanda (Séc. XIX). **Estudos Ibero-Americanos**. V. 44, p. 447-456, 2018.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **The invention of Women: making an African Sense of Western Gender Discourses**. London/ Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

PANTOJA, Selma. Donas de “Arimos”: um negócio feminino no abastecimento de gêneros alimentícios em Luanda (séculos XVIII e XIX). In: PANTOJA, Selma; PAULA, Carlos Alberto Reis de. **Entre Áfricas e Brasís**. Brasília: Paralelo 15 Editores, 2001, p. 35-49.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um Rio Chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

THORNTON, John. Sexual Demography: The Impact of the Slave Trade on Family Structure. In: KLEIN, Martin; ROBERTSON, Claire (ed.). **Women and Slavery in Africa**. Madison: University of Wisconsin Press, 1983, p. 39-48.

Recebido em: 23/11/2020

Aprovado em: 10/04/2021